

OS PRINCÍPIOS DO “SPECULA PRINCIPUM” NAS NARRATIVAS PEDAGÓGICAS DE RAMON LLULL

Fabiana de Oliveira

Resumo: A presente reflexão tem como objetivo discutir as narrativas pedagógicas para a formação política do príncipe, presentes na obra de Ramon Llull. A obra analisada se caracteriza como fonte de formação moral e política, de modo que fazemos referência desta obra aos “Espelhos de Príncipe” (Specula Principum) enquanto narrativas medievais pautadas em uma pedagogia prescritiva e normativa. O bom príncipe, de acordo com Llull, deve ser a imagem de Deus na terra, numa compreensão dicotômica entre o bom e o mau príncipe. O que fará um bom ou mau príncipe serão suas escolhas diante da liberdade que lhe foi concedida e da sua educação.

Palavras-chave: Educação, Ramon Llull, Espelhos de Príncipe.

Los principios del “Specula Principum” en las narraciones pedagógicas de Ramón Llull

Resumen: La presente reflexión tiene como objetivo discutir los relatos pedagógicos para la formación política del príncipe, presentes en la obra de Ramón Llull. La obra analizada se caracteriza como fuente de formación moral y política, así que hacemos referencia de esta obra a los “Lentes del Príncipe” (Specula Principum) en cuanto narrativas medioevales pautadas en una pedagogía preestablecida y reglamentada. El buen príncipe, de acuerdo con Llull, debe ser la imagen de Dios en la tierra, en una comprensión dicotómica entre el bueno y el malo príncipe. Lo que hará el bueno o malo príncipe dependerá de sus decisiones frente a la libertad que le fue ofrecida, además de su educación.

Palabras clave: Educación, Ramón Llull, Lentes de Príncipe.

The principles of “Specula Principum” in the pedagogical narratives of Ramon Llull

Abstract: This reflection aims at discussing the pedagogical narratives for the political formation of the prince, present in Ramon Llull's work. The analyzed work is characterized as moral, religious and political source for education, so it can be pointed to the "Mirrors of Prince" (Specula Principum) as medieval narratives based on a prescriptive and normative pedagogy. The good prince, according to Llull, must be the image of God on earth, in a dichotomic comprehension about the good and the bad prince. Therefore, the constitution of a good or a bad prince depends on his own choices in face of freedom he has been granted, as well as his education.

Keywords: Education, Ramon Llull, Mirrors of Prince.

Introdução

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo discutir as narrativas pedagógicas para a formação política do príncipe, enquanto “bom governante”, presentes na obra de Ramon Llull denominada “A Árvore Imperial” que data do século XIII e que compõe um conjunto de textos característicos da literatura medieval a partir de uma pedagogia prescritiva e normativa que podem ser denominados de “Specula Principum” (espelhos de príncipe). Para tanto, é preciso apresentar um breve panorama das características do que se denominou por Idade Média.

Sabemos que foi produzida uma ideia a respeito da Idade Média que gerou um certo desprezo por esse período considerado como retrógrado e obscuro (BARUQUE, 2002) em contraposição ao que se denominou Século das Luzes também conhecido como Ilustração a partir da Revolução Francesa. Uma consideração bastante ferrenha em relação a esse período pode ser encontrada em Voltaire quando o mesmo afirma que:

cuando el Imperio romano fue destruido por los bárbaros, se formaron muchas lenguas con los despojos Del latín, como se elevaron muchos reinos sobre las ruínas de Roma. Los conquistadores llevaron por todo el Occidente su ignorancia y su barbárie. Todas las artes perecieron: hasta ochocientos años después no comezaron a renacer. Lo que desgraciadamente nos resta de la arquitectura y la escultura de aquellos tiempos, es um grotesco conjunto de groseías y de baratijas. Lo poço que escribían era Del mismo mal gusto. Los monjes conservaron la lengua latina para corromperla (BARUQUE, 2002, p. 314).

A Idade Média e a sociedade feudal foram construídas a partir de uma imagem de atraso e não desenvolvimento das artes, da cultura, da política, da economia. No entanto, sabemos que esse período passou por muitas transformações, pois

ao mesmo tempo em que o feudalismo se consolidava, ressurgia o desenvolvimento das cidades e do comércio. A economia crescente, aliada à paz feudal estava exercendo um papel fundamental a forma dos homens enxergarem a relação Deus/Homem e na maneira de se pensar a própria existência (TANAKA; OLIVEIRA, 2002, p. 125).

No feudalismo partia-se do princípio que o conhecimento e a divisão do trabalho eram desígnios de Deus, “era o primado da Fé da Razão, sustentado pela concepção geocêntrica de universo e justificado pelas verdades bíblicas, que colocam Deus na origem de todas as coisas e o homem, seu semelhante, no centro do universo” (SOUZA, 2011, p. 7).

É nesse contexto que nasce Ramon Llull, filósofo catalão da região de Maiorca. Essa região era habitada por cristãos, muçulmanos e judeus. O pai de Llull participou da conquista de territórios em Maiorca e que por meio desses serviços recebeu terras do rei Jaime I levando à ascensão social da família, o que possibilitou que Llull tivesse uma educação voltada para as armas e para a formação do guerreiro, tornando-se um cavaleiro (ZIERER; MESSIAS, 2013).

De acordo com sua autobiografia denominada Vida Coetânea, a partir de uma visão divina que foi considerada por ele como um chamado de Deus, Llull deixou o ofício de cavaleiro e passou a dedicar sua vida à conversão dos infiéis. A base formativa do conhecimento que Llull foi buscar por meio da bíblia e do alcorão se tornou “a base para uma gramática teológica dos homens de Deus, sejam eles judeus, cristãos e muçulmanos” (VERGA, 2005, p. 158).

O projeto luliano se baseava em três princípios: a conversão dos muçulmanos a serviço de Cristo; escrever o melhor livro do mundo contra os horrores dos infiéis e convencer os poderes seculares da necessidade de fundar escolas missionária para aprender entre outras coisas a língua árabe (VERGA, 2005), pois

A reflexão teológica de Ramon Llull está toda marcada pela tese que afirma a possibilidade de demonstrar as verdades da fé cristã. Uma afirmação que se expressa como um conjunto da teologia medieval e que defende principalmente como necessária para seu projeto de missão frente ao islão (ESTELRICH, 2016, p. 122).

A fé será o princípio de todo o processo de compreensão do entendimento, somente por meio da fé é que se inicia a transformação interna do entendimento no homem, ou seja, fé e razão se

implicam mutuamente. Esta é uma das condições epistemológicas presentes no pensamento luliano tendo como influência a teologia agostiniana (ESTELRICH, 2016).

Llull publicou várias obras visando esse fim de divulgação da fé cristã e escolhemos uma em específica denominada “A Árvore Imperial” para realizarmos a presente reflexão e que possui uma forte conotação educativa, considerando princípios à formação do “bom príncipe”, sendo este compreendido como o príncipe regente que faz o bem e teme a Deus.

As terminologias “príncipe” e “imperador” estavam fora de uso no contexto apresentado por Llull e que seria até paradoxal à tendência da época, pois “no final do século XIII, a ideia de Império se fortaleceu justamente quando se passou a ser uma abstração sem fundamento prático na realidade” (COSTA, 2000, p. 349).

Podemos fazer referência da obra “A Árvore Imperial” aos “manuais de civildade” ou “espelhos de príncipe” enquanto um tipo de literatura medieval por meio da qual se difundia “modos” e “hábitos”, ou seja, formas de ser e estar no mundo Ibérico Medieval considerando os aspectos morais, religiosos e políticos.

Essa literatura medieval estava voltada à formação moral e religiosa da nobreza considerada uma necessidade política da época direcionada aos príncipes e aos primogênitos dos reis.

Os “*Specula Principum*”, como também são conhecidos esses tratados didáticos, tem uma longa tradição que alude à representação anterior ao período de centralização monárquica iniciado no século XII (MATOS, 2011). O pesquisador traz informações de historiadores que afirmam a existência desse tipo de literatura medieval desde a Antiguidade e que a compreensão acerca desses manuais eram de que “representavam um conjunto de modelos e práticas políticas a serem adotadas pelo futuro rei e tinham como característica principal o elenco de modelos e ações a serem seguidas por ele” (MATOS, 2011, p. 15). Assim “essa natureza literária era típica dos últimos séculos do período medieval até o início da época moderna, adentrando com algumas características até o século XVIII” (HAHN, 2006, p. 152), porém essa informação se contradiz à apresentada anteriormente a partir de Matos (2011) no qual apresenta fontes a respeito desse dado desde a Antiguidade.

A obra “A Nicoles” de Isócrates que data do século III a.C. é um exemplo desse tipo de literatura, bem como, “O Policraticus” (1159) de João de Salisbury e, o livro de Santo Agostinho, “Cidade de Deus”, que é apontado como um dos primeiros espelhos de príncipe do início da Idade Média tendo como princípios a ideia de que a governança exercida deveria estar calcada na utilização política da bíblia e no governo de almas (MATOS, 2011). Para isso, esses futuros regentes deveriam desenvolver por meio da educação, atitudes condizentes às de um príncipe cristão, assim, “tomando como premissas básicas a fé, a esperança e a caridade, sendo essas as bases do catecismo da realeza medieval” (HAHN, 2006, p. 56). Nesse sentido, esses manuais contribuíam para a formação e educação dos homens desse período histórico, especificamente das classes abastadas na formação dos dirigentes e, no caso específico, trataremos da formação do príncipe.

A formação pedagógica do Príncipe

A metodologia da pesquisa utilizada se caracteriza como qualitativa de base documental e histórica por meio do estudo da obra de Ramon Llull denominada “A Árvore Imperial” que está sendo

analisada enquanto um documento com características próprias do período medieval e que nos traz elementos importantes para compreender o modo pelo qual as narrativas pedagógicas, presentes nessa obra, constituíram a figura do príncipe.

Em relação ao uso de documentos, Foucault (2002) faz uma crítica à forma como o documento é utilizado na maioria das vezes pelos pesquisadores que o veem como uma fonte de reconstituição do passado distante e que se dilui. Sendo assim, o documento era tratado como uma linguagem reduzida ao silêncio, mas decifrável. O documento não deve ser interpretado, nem determinar se diz a verdade ou não, mas sim “trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ele o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (FOUCAULT, 2002, p. 7).

Então, para a história o documento não deve ser considerado essa matéria inerte por meio da qual se procura reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado, mas procura definir no próprio documento, unidades, conjuntos, séries, relações. A história é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental: livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc. É nessa compreensão que situo o documento “A Árvore Imperial” de Llull.

O livro de Llull analisado nessa reflexão foi fruto da solicitação recebida de um monge que pediu ao filósofo catalão que escrevesse um livro geral para todas as ciências. Esse livro deveria ser de fácil entendimento, pois sua função era levar a devoção à Deus, ao contrário, dos livros que geram confusão de entendimento e impedem essa devoção.

Llull estava abatido e desconsolado após seu retorno de Roma diante da impossibilidade de realizar o propósito que tinha se colocado a essa viagem de propagação da fé e conversão dos judeus e muçulmanos. Llull diante da solicitação do monge diz que muitos homens o tomam por louco e que seus livros são considerados de pouco valor, por isso, não tinha nenhum desejo em escrever esse ou qualquer outro livro.

Porém, diante da insistência do monge que implorou a escrita do livro, Llull diz sim a essa solicitação e o monge lhe fez a seguinte promessa: “eu vos prometo que se vós fizerdes este livro, eu o levarei a uns e outros e farei todo o bem que possa todo o tempo enquanto eu viver” (LLULL, 1957, p. 5).

Segundo consta no prólogo de sua obra, Llull estava diante de um limoeiro durante essa conversa com o monge e, estar diante dessa árvore o levou a refletir acerca do livro que o monge lhe pedia que escrevesse apresentando a seguinte reflexão:

Senhor monge, eu penso o que significa este limoeiro, pois todas as coisas que existem têm significado nelas próprias. Por isso, tenho vontade de fazer o livro que vós me pedistes, recebendo os significados que esta árvore me significa em sete coisas, isto é, pelas raízes e pelo tronco – a cepa da árvore -, pelos braços, pelos ramos e pelas folhas, e pelas flores e pelo fruto. E por todas estas sete coisas proponho fazer o procedimento deste livro (LLULL, 1957, p. 5).

O livro produzido foi considerado por Llull como a Árvore da Ciência, e, esta está dividida em dezesseis partes que, segundo ele “através dessas dezesseis árvores o homem pode tratar de todas as ciências” (LLULL, 1957, p. 6). São as seguintes as dezesseis partes: Árvore Elemental, Árvore

Vegetal, Árvore Sensual, Árvore Imaginal, Árvore Humana, Árvore Moral, Árvore Imperial, Árvore Apostólica, Árvore Celestial, Árvore Angelical, Árvore Eterna, Árvore Maternal, Árvore Divina e Humana, Árvore Divina, Árvore Exemplar, e, Árvore Questional.

O objetivo de todos esses livros é exclusivamente didático se caracterizando como uma verdadeira enciclopédia que se organiza por meio de ensinamentos, fazendo assim uma comparação com a análise de Aldaz (2017) sobre o Livro das Maravilhas, pois em qualquer dos casos, os escritos lulianos buscam uma solução que pode ser literal ou metafórica a uma questão superior envolvendo a criação e o conhecimento de Deus.

Na presente reflexão, nos pautaremos na Árvore Imperial, pois nosso interesse é conhecer e discutir a narrativa pedagógica, presente nessa obra, “cuja ciência apresentada por Llull estava calcada no conhecimento do regimento dos príncipes e da finalidade pela qual elas são pessoas comuns” (LLULL, 1957, p. 6). Essa obra está sendo entendida como um “espelho de príncipe” na qual apresenta princípios morais, éticos, políticos e cristãos calcados em uma pedagogia da época que tinha como finalidade essencial educar o comportamento dos homens visando, a partir disso, possibilitar a ligação desses com Deus buscando a salvação de sua alma.

A obra “A Árvore Imperial” é dividida em sete seções assim denominadas: das raízes, do tronco, dos braços, dos ramos, das folhas, das flores e dos frutos. As raízes da Árvore Imperial são: bondades, grandezas, durações, poderes, sabedorias, vontades, virtudes, verdades, deleites, maioridades e até menoridades.

Essa ideia de menoridade está presente em algumas passagens dessa obra nas quais se tenta firmar uma imagem do príncipe como sendo uma pessoa comum, mas ao mesmo tempo carregada de grandezas como a bondade, mas essa bondade deve ser uma “bondade geral e comum”, ou seja, livre de interesses particulares. Essa bondade que associada à humildade deve possibilitar ao príncipe lutar contra o orgulho, os vícios do pecado e a maldade (LLULL, 1957).

Nas discussões referentes ao tronco da Árvore Imperial, novamente temos presente a ideia de menoridade quando Llull assim descreve a ideia do tronco: “o tronco é a mistura de regimentos comuns e significa a pessoa comum do príncipe” (LLULL, 1957, p. 7). Dessa ideia parte-se um regimento comum que agrega os regimentos particulares dos homens, sendo que por meio desse tronco geral ocorre a atualização e as matérias referentes a todos os regimentos particulares, nesse sentido,

O bom príncipe, que é tronco comum a muitos troncos quando preenche os fins das formas que lhe são abaixo, completa a sua finalidade com os fins que lhe estão abaixo, assim como quem enche uma bondade com muitas bondades e uma grandeza com muitas grandezas. Por isso, convém a tal príncipe completo muitas honras e amores (LLULL, 1957, p. 7).

Por isso, podemos encontrar na obra a distinção entre o bom príncipe e o mau príncipe, sendo que ao primeiro diante de seu comportamento ilibado perante Deus e seus súditos devem receber amor e honra; já o segundo é odiado, blasfemado e amaldiçoado. O “bom governante” é a imagem de Deus na terra. Neste sentido, o príncipe deve saber educar o seu povo e dizer palavras que o leve a também crer e amar a Deus.

Para que o príncipe possa governar a pluralidade de reinos existentes, é preciso que se tenha a ajuda de servidores que, na acepção de Llull, funcionam como os braços da Árvore Imperial e são os seguintes: no primeiro grupo estão os barões, condes, duques, marqueses, viscondes e varveiros (o correspondente em Portugal às infantões); no segundo grupo estão os cavaleiros; no terceiro grupo estão os burgueses; no quarto estão os que compõem seu Conselho; no quinto, temos os procuradores; no sexto, os juizes; no sétimo, os advogados; no oitavo, os aguazis (funcionários da justiça civil nomeado pelo rei); no nono está o confessor; e, no décimo estão os inquiridores. Todos esses braços contribuem para o andamento do governo nos aspectos religiosos, políticos, econômicos e de guerra.

Nessa obra o “bom príncipe” é apresentado como o “tronco” dessa árvore, como um tronco comum interligado a outros troncos que deve reger muitas bondades que estão ligadas a princípios gerais e não particulares, por isso sua bondade é livre e está ancorada em sete ramos: justiça, amor, temor, sabedoria, poder, honra e liberdade.

A justiça do príncipe deve ser boa, grande e generosa; ao amor está ligada a caridade, sendo que nesse propósito, o príncipe deve amar seu povo e ser amado por ele, já que esses dois tipos de amores devem estar sempre em harmonia.

De acordo com Llull, o “bom governante” deve desejar ser amado do que ser temido, é neste sentido que todo esforço do príncipe deve estar voltado para educar o seu povo a partir do seu amor, pois

o príncipe, na medida em que queira ser justo, casto, humilde e queira ter as outras virtudes, eduque seu povo para amar coisa amáveis em si mesmas, e com essa educação também eduque seu povo para amar coisas amáveis em si, e que ambas educações, o amor eduque o desamor para desamar as coisas desamáveis, que são a injúria, o orgulho, a luxúria e todos os outros vícios (LLULL, 1957, p. 12).

O temor deve ser compreendido pelo príncipe de duas maneiras: primeira, ele deve temer a Deus e, depois deve temer o seu povo. Temendo a Deus, segundo Llull, esse “bom governante” não terá meios para ofender seu povo, povo este que Deus lhe confiou para governar e dirigir, e, conseqüentemente, o povo deve temer a Deus para também não ofender seu príncipe, já que esse lhes foi dado como seu Senhor e Guia.

A sabedoria é o ramo que possibilitará ao príncipe compreender sua função e os motivos pelos quais lhe foi confiada essa missão. Por meio dela terá as condições necessárias para conduzir seu povo, sendo que o temor do seu povo virá justamente pela sua sabedoria que por seu poder, pois “a sabedoria do príncipe infunde temor em seu Conselho, em seus oficiais e em seu povo, já que a sabedoria mostra as coisas lícitas e ilícitas e os juízos daqueles que fazem contra o príncipe” (LLULL, 1957, p. 12).

Lull quando nos apresenta sua compreensão sobre o poder do príncipe faz uma alusão ao ferreiro e ao martelo, pois o martelo é a principal ferramenta do ferreiro como o poder é a principal ferramenta do príncipe, pois ele é o juiz geral, e, a ele convém a honra. Ao falar sobre a honra Llull retorna a dois outros ramos que segundo ele estão diretamente implicados nesse e que são o amor e o temor, pois compreende que a honra faz do príncipe amável e temível.

Somente a partir desses ramos é que o “bom príncipe” poderá ter boas flores e colher bons frutos. As flores do “bom príncipe” são os regimentos e as ordens em favor da justiça dos povos, já um “príncipe mau” colhe flores más e delas não se pode formar bons frutos, pois nascem com mau sabor e odor. O fruto é a paz que se concede ao povo “para que possam estar, lembrar, entender, amar, honrar e servir a Deus” (LLULL, 1957, p. 17).

O “bom príncipe” é o Juiz Geral que deve exercer seu poder com liberdade, que segundo Llull “é uma forma intelectual dada ao homem para que ele livremente faça o bem e livremente se esquive do mal” (LLULL, 1957, p. 13). Esse “fazer o bem” deve estar ancorado na liberdade e não na obrigação. A liberdade foi dada ao homem para fazer o bem, pois assim encontrará mérito diante de Deus, mas se fizer o mal será culpado e não encontrará o bem que poderia ter lhe sido concedido.

Essa liberdade deve estar ancorada nos princípios divinos no caminho que o leva a fazer o bem desviar-se do mal, no entanto, o homem tem a liberdade para fazer o mal em razão da sua natureza originada do pecado. Essa natureza original é a do “não-ser”, já que o “ser” se afasta dessa natureza corrompida por meio da educação que é purificação e se constitui como um caminho que leva à Deus e às suas virtudes necessárias ao homem para que “seja-ser”.

Considerações finais

A obra analisada se caracteriza como uma narrativa pedagógica prescritiva e normativa que se traduz enquanto fonte de formação moral, religiosa e política do príncipe e de seus súditos. Por isso encontramos a figura do príncipe como aquele que deve ser a imagem de Deus na terra, o que justificaria na obra a dicotomização das figuras do bom e do mau príncipe.

No entanto, é preciso também considerar para além da dicotomização, é preciso também identificar unidades e rupturas. A dicotomização opera a ruptura, mas há também unidade entre o “bom” e o “mau” príncipe, pois há também algo que os une, que é a pertença à mesma natureza corruptível que se traduz na figura do “não-ser” tendo como zona limítrofe a liberdade. A liberdade para escolher entre fazer o bem ou o mal, é neste sentido que a liberdade deve estar ancorada na sabedoria que poderá lhe ajudar a compreender sua função e ter clareza da missão que foi lhe confiada enquanto príncipe cristão na terra.

Para ser um “bom governante”, esse príncipe deve ser formado nos preceitos cristãos desde a mais tenra idade para que possa levar seu povo para o caminho da bondade e das virtudes visando alcançar o Paraíso e a salvação da alma. Essa formação cristã está alicerçada no serviço à Deus e na conversão dos infieis.

Os desejos do “bom príncipe” devem sempre ser gerais e comuns em detrimento de vontades particulares que não levam ao bem, à paz e ao amor que deve comungar o povo e seu governante.

Nesse mesmo sentido, é preciso pontuar que essa “vontade geral e comum” também estava atrelada à humildade e à liberdade. A humildade no sentido de amar, temer e respeitar o seu povo; e a liberdade no sentido de fazer as suas escolhas sem particularismos, evitando assim de fazer o mal e recebendo a partir de seu comportamento virtuoso o bem destinado ao “bom príncipe”, por isso,

o fruto do príncipe que tem de responder a tantos frutos, é doentio quando se inclina a coisas especiais contra as gerais [...] em nenhum fruto há tão mau sabor e odor

como no fruto do mau príncipe, pois o fruto especial, se é mau no sabor e odor, é mau nas coisas especiais e raras, e o mau fruto que é geral, dá mau sabor e odor a tudo [...] se espalhando através de suas obras, as quais ele tenta esconder e encobrir das gentes sob o bom sabor e odor (LLULL, 1957, p. 18).

No entanto, por mais que o “mau príncipe” tente encobrir o mau sabor e odor de seus frutos, não é possível esconder seus vícios do povo, pois “possuem olhos com os quais veem e orelhas com as quais escutam os males que sentem, já que não têm paz, nem bom regimento e nem bom exemplo de seu senhor” (LLULL, 1957, p. 18).

A obra analisada ensina ao “bom governante”, formas e meios de dirigir seu povo, de modo que, obtenha sucesso na concretização de um ideal de sociedade calcado nos princípios cristãos é por isso que para Llull é uma grande vitória quando algum homem decide ser príncipe em razão das muitas situações difíceis que poderá passar em nome da sua missão.

Na busca por relações na análise do referido documento é que pontuamos que as prerrogativas presentes na obra “A Árvore Imperial” de Llull se caracterizam como narrativas pedagógicas para a formação do príncipe, sendo que essas narrativas estavam calcadas numa moral cristã da época que apregoava fazer o bem, escolher as coisas em nome do universal e não do particular, visava a manter da paz entre os povos e a perspectiva missionária de salvação de almas.

Essas narrativas pedagógicas apresentavam formas de “ser”, de “estar” e de se “portar” no mundo Ibérico Medieval, ou seja, produziu-se um tipo ideal de príncipe não em nome de uma política da época, mas em nome de uma moral e de uma norma prescritiva substanciada na santificação e na salvação dos que eram considerados até então distantes do cristianismo e das virtudes de Deus. Tínhamos então constituído a figura do “bom príncipe e pastor” nas narrativas pedagógicas presentes em “A Árvore Imperial”.

Referências

- ALDAZ, José Aragüés. Cuentos efímeros: ejemplo verosímil y diálogo en el Libre de meravelles. *Revista Caplletra*, Valência, 62, p. 127-152, 2017.
- BARUQUE, Julio Valderón. La valoración histórica de la edad media: entre El mito y la realidad. In: *Anais da XIII Semana de Estudios Medievales – Memoria, mito y realidad en la historia medieval*. Nájera, jul./ago. 2002, p. 311-329.
- COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII: a imagem do príncipe tirano na Árvore Imperial de Ramon Llull. *Dimensões*, v. 11, p. 349-364, jul./dez. 2000.
- ESTELRICH, Jordi Gayà. Bases filosóficas de la demonstración luliana de la Trinidad. *Anuário Filosófico*, v. 49, n. 1, p. 121-137, 2016.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HAHN, Fábio André. Reflexos da perfeição: alguns elementos do gênero espelhos de príncipe na idade moderna. *Varia Scientia*, v. 6, n. 12, p. 151-157, 2006.
- LLULL, Ramon. *A Árvore Imperial*. Barcelona: Editorial Selecta, 1957.
- MATOS, Elanny Suely Brabo de. *A educação do príncipe nas empresas políticas de Diego Fajardo*. 95f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- SOUZA, Ana Aparecida Arguelho. Literatura e História na Educação Medieval. *Mirabilia*, v. 13, p. 5-25, jun./dez. 2011.
- TANAKA, Juliana; OLIVEIRA, Terezinha. Pedro Abelardo e as mudanças no pensamento do século XII. *Acta Scientiarum*, v. 24, n. 1, p. 125-132, 2002.

VERGA, Amador. La imaginación religiosa em Ramon Llull: uma teoria de la oración contemplativa. *Mirabilia*, v. 5, p. 158-178, jun./dez. 2005.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca Trindade. O mundo da cavalaria do século XIII na concepção de Ramon Llull. *Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, v. 2, n. 2, p. 128-154, 2013.

Recebido em: jun. 2016.

Aceito em: jul. 2017.

Fabiana de Oliveira: Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutora pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP/Ribeirão Preto. Docente do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (PPGHI) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: fabiana.oliveiraunifal@gmail.com